
Pensadores sociais e história da educação

autor	Luciano Mendes de Faria Filho (org.)
cidade	Belo Horizonte
editora	Autêntica
ano	2005

O livro *Pensadores sociais e história da educação*, organizado por Luciano Mendes de Faria Filho, apresenta um panorama da utilização de autores clássicos das ciências humanas e sociais em diferentes campos de pesquisa de história da educação brasileira. Trata-se de uma coletânea de textos, cujo propósito é mostrar abordagens que trabalham com conceitos de autores clássicos, tanto estrangeiros como brasileiros, efetivando apropriações teórico-metodológicas que realizam leituras e interpretações da educação na sociedade brasileira. Ao todo são quinze textos que discutem, respectivamente, a contribuição de quinze pensadores sociais. O critério definido para a escolha dos autores foi justamente sua afinidade teórico-metodológica com o “clássico”, de maneira que se mostre sua contribuição à investigação e historiografia de educação brasileira.

O texto de Elomar Tambara, “Karl Marx: contribuições para a investigação em história da educação no século XXI”, traça uma análise da aplicação de categorias marxistas na investigação histórica da educação, salientando que um dos requisitos de qualquer esboço metodológico na área de história da educação, pautando-se por categorias analíticas desenvolvidas por Marx, não pode prescindir do entendimento de que o objeto de pesquisa se insere numa sociedade caracterizada pela luta de classes. De modo que, nessa perspectiva, o pesquisador comprometido com a transformação social e engajado com a condição da classe trabalhadora encontrará no horizonte epistemológico delineado por Marx elementos que o amparam.

Maria Madalena Silva de Assunção busca responder, em seu texto, em que medida e como a teoria psicanalítica de Sigmund Freud

contribuiu para a construção de história da educação. Argumenta que, embora a psicanálise tenha tomado a mente individual como tema, ao investigar sobre o indivíduo, não deixa de tratar da base emocional da relação entre indivíduo e sociedade. Do mesmo modo que a história, buscando reconfigurar espaços que continuam a agir sobre a atualidade, a psicanálise emprega mecanismos parecidos na construção do conhecimento sobre o passado, sendo que a memória é a categoria básica desse processo, possibilitando uma penetração naquilo que o tempo tem de ininterrupto e de descontínuo na sua complexidade e multiplicidade. Assim, o desafio da psicanálise para a história é constituir uma forma para que a maneira psicanalítica de pensar se torne um mecanismo de investigação, um modo de apreensão dos objetos históricos, uma vez que para Freud o pesquisador apenas lida com hipóteses e nelas apóia-se como substitutos de fontes e indícios dos quais não se dispõe.

Bruno Bontempi Junior faz um balanço da presença da sociologia durkheimiana na historiografia da educação brasileira, por vezes “visível”, por vezes “invisível”. Para o autor, a “presença visível” de Durkheim dá-se pela filiação de Fernando Azevedo à Émile Durkheim, de modo que Azevedo instaura sobre o passado da educação brasileira uma memória que se fez sob a insígnia das questões de método de análise e escrita e de explicações das relações entre sociedade e educação. Já a “presença invisível” de pressupostos sociológicos durkheimianos na historiografia da educação brasileira é reconhecida na produção pós-azevidiana a partir de escolhas temáticas operadas, de periodizações, do uso de conceitos, da interpretação do fenômeno da educação, indiciários da sociologia de Durkheim, embora não haja referência direta ao sociólogo francês.

O texto de Carlos Eduardo Vieira discute aspectos da massa documental em que se encontram as idéias de Gramsci, visando à análise do conhecimento histórico no contexto do projeto intelectual e político de Antônio Gramsci. Assim, o roteiro de análise proposto dirige-se na direção da discussão sobre as condições de interpretação do pensamento gramsciano. Para tanto, o autor trabalha em duas frentes: uma que se refere à crítica documental, na qual são discutidas as fontes das idéias gramscianas; e outra que diz respeito ao entendimento do projeto intelectual de Gramsci, especialmente na reflexão sobre o saber histórico em sua produção.

Em “Walter Benjamin: os limites da razão”, Clarice Nunes, argumentando que a concepção de infância está no centro da concepção de história de Walter Benjamim, desenvolve seu texto apresentando pistas daquilo que provocou a vulnerabilidade da razão benjaminiana. Só é possível recuperar o passado por um trabalho de memória que indique vestígios de embates no âmbito pessoal e coletivo que repercute nas lutas do presente. Nesse sentido, a autora descreve informações biográficas de Walter Benjamim como também apresenta categorias de seu pensamento, buscando contornar os limites da razão.

Maria Rita de Almeida Toledo desenvolve seu artigo sobre Mikhail Bakhtin observando que há um relativo desconhecimento desse pensador pelos historiadores da educação, de modo que ainda é incipiente sua utilização no campo da história da educação. O objetivo do artigo é expor as contingências da produção de Bakhtin para compreender a circulação e a peculiaridade da apropriação de seu pensamento. Para tanto, o texto apresenta passagens da trajetória de sua formação, bem como o contexto de surgimento de sua produção intelectual. Apresenta ainda, conceitos que constituem o arcabouço teórico de Bakhtin, além de trabalhar com a concepção de linguagem e de interação verbal, que envolvem a relação entre comunicação lingüística e política, uma vez que, no entendimento do autor, a linguagem é resultado da interação social em que se processa e, ao mesmo tempo, é também resultante da interação dos interlocutores, afastando-se de subjetivismos individualistas, o que permite compreender a comunicação de forma politizada, uma vez que se apresenta como produto vivo no jogo das forças sociais.

No texto “Vigotsky e a teoria socioistórica”, os autores, apresentando contribuições do pensamento de Vigotsky e sua teoria socioistórica, apontam que, nas análises do psicológico, a atividade humana muda historicamente, relacionando-se com as transformações das condições concretas da existência, indicando que a natureza humana é uma categoria em permanente mudança e movimento, numa perspectiva claramente inspirada no pensamento marxista, mas muito mais voltada para o desenvolvimento e a evolução. Para os autores a contribuição de Vigotsky para a área de história da educação pode ser efetivada a partir do estabelecimento de leituras que dialoguem com conceitos-chave de suas formulações, permitindo a superação do mecanismo de sua concepção histórica.

Cynthia Greive Veiga desenvolve questões teórico-conceituais na relação entre a história e a sociologia, especialmente a de Norbert Elias, sugerindo que sua obra não é fundamentalmente significativa pela pesquisa histórica propriamente, mas, sobretudo, pela problemática sociológica que dispõe para a história. Elias preocupa-se com o modelo de interpretação possível para a compreensão da singularidade dos acontecimentos históricos. Para o sociólogo, os modos de mudança social acontecem em diferentes ritmos, podendo até adquirir aparência de imutabilidade ou percepção de mudança demasiadamente lenta. A interpretação da singularidade de um acontecimento requer a análise e investigação da forma como os indivíduos figuram no corpo social, permitindo compreender a existência singular e o movimento de transformações e rupturas.

Marcos Cezar Freitas, em seu texto, adverte que para fazer história da educação com Gilberto Freyre, especialmente pensando em marcos para refletir sobre o aluno, é preciso levar em conta o acervo de gestos que o antropólogo inventariou. As possibilidades de organização mínima desse repertório, indica o autor, para a contribuição de uma “antropologia do aluno” são os seguintes textos: *Casa-grande & senzala*; *Sobrados & mucambos* e *Ordem e progresso*, num primeiro plano; e, num segundo, *Nordeste*, *O mundo que o português criou* e *Açúcar*. Para Freitas, fazer história da educação com Gilberto Freyre pode assustar a muitos, pois pode parecer a aceitação de pressupostos duvidosos de suas formulações mas, ao mesmo tempo, diz que o importante é a disponibilidade em procurar em suas decisões uma sabedoria efetivamente consistente. Desse modo, a obra de Freyre pode ser concebida como uma espécie de guia para que se obtenham novas fontes.

Elegendo o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda para refletir sobre a história de educação no Brasil, Thais Nivia de Lima Fonseca ressalta que esse pensador se orientou pela negação à utilização abstrata de paradigmas, categorias ou conceitos sem que se levasse em consideração as condições históricas reais, sem que se praticasse, de certo modo, uma espécie de relativismo. Ao mesmo tempo, a autora destaca que a referência a Sérgio Buarque, embora tenha sido profícua em outros campos de investigação histórica, na área de história da educação, de fato, não chegou a estabelecer uma tradição sólida, especialmente no que se refere ao período colonial

que é marcadamente caracterizado por análises que privilegiam uma perspectiva mais tradicional que se preocupa com ações do Estado e da Igreja sobre a escola, num ângulo institucional e legal. Nesse particular, há a indicação de que a relação entre a obra de Sérgio Buarque e a história da educação pode apresentar possibilidades férteis, entre outras tantas, nas investigações sobre o período colonial, um campo praticamente aberto na historiografia da educação brasileira, segundo as considerações desse capítulo.

Eliane Marta Teixeira Lopes desenvolve um texto no qual procura mostrar em que sentido o pensamento de Hannah Arendt pode ajudar no trabalho da historiografia da educação, especialmente naquilo que se refere a pensar a história da educação. Utilizando-se de informações biográficas de Arendt, a autora mostra a importância da narrativa na reconstituição de significados. Adverte que a história da educação em suas operações historiográficas não pode prescindir das fontes e do conseqüente trabalho sobre elas. Mas também, que a história que se conta não pode ficar restrita àquilo que foi guardado pelo passado para ser depois contado de determinada forma. A narrativa é lacunar, quebradiça, esquivando-se da linearidade e continuidade racionais, posto que encerrar uma lembrança por sua narrativa é sempre buscar significações que possam ser compartilhadas. Na esteira dessas considerações a autora conclama-nos a contar histórias e a fazer uma história da educação que nos auxilie a fazer ligações com o passado e permita ao presente ser possível.

No texto “Florestan Fernandes: arquiteto da razão”, Marcos Vinícius da Cunha, utilizando-se da metáfora que remete a imagem de Florestan Fernandes à de um arquiteto da razão, elabora um texto em que, buscando sentidos na obra de Florestan Fernandes e mesmo em sua biografia, propõe-se a traçar linhas que permitam compreender sua inserção na esfera das ciências sociais e desta na temática educacional. O autor adverte que a vida e a obra de Florestan Fernandes constituem uma única coisa, suas concepções de ciência e de educação não são categorias isoladas, mas conceitos a partir dos quais o leitor ou o estudioso pode situar-se na mesma busca de sentido.

Luciano Mendes de Faria Filho enfoca a possibilidade de utilização da produção de E. P. Thompson como instrumento teórico-metodológico na história da educação, mas observa que, salvo raras exceções, a recepção da produção de Thompson é bastante tímida,

sendo o autor pouco citado e, ainda menos, usado como instrumento de pesquisa no campo da história da educação. Portanto, para dar conta do propósito do texto, Faria Filho, em vez de empreender um rastreamento sistemático acerca da presença de Thompson na escrita da história da educação no Brasil, debruça-se sobre sua própria leitura da obra do historiador inglês, chamando a atenção para dimensões de suas pesquisas que têm sido embasadas por esse autor. Assim, destaca-se a dimensão política na obra de Thompson que se desdobra na exigência ética do compromisso do historiador com sua época e na sensibilidade com a luta dos esquecidos pela história. Em contrapartida, apresenta-se a necessidade de um rigor teórico-metodológico que, permanentemente, promove o carreamento da teoria à experiência e ao debate historiográfico.

Diana Gonçalves Vidal, objetivando oferecer um contato introdutório aos escritos de Michel de Certeau, elabora um texto, composto por quatro sessões, no qual inicialmente explora aspectos da trajetória de vida do autor. Em seguida trata de suas visitas ao Brasil, retratando que suas experiências nesse país o marcaram como intelectual a ponto de, em diversas passagens de sua obra, referir-se à cultura popular brasileira. Na terceira parte detém-se nas obras traduzidas para o português. Na parte final a autora esboça um estudo salientando seu caráter restrito e provisório, sobre a recepção da obra de Certeau pelos historiadores da educação no Brasil. Para isso, a autora recorre à produção divulgada nos três Congressos Brasileiros de História da Educação, localizando os trabalhos que citam Michel de Certeau, a partir do que é feita uma análise das apropriações.

José Gonçalves Gondra, situando Paul-Michel Foucault num quadro de crítica a elementos da modernidade, busca fazer uma reflexão sobre a presença desse autor francês na historiografia educacional brasileira no artigo “Paul-Michel Foucault: uma caixa de ferramentas para a história da educação?”. A partir de dados biográficos de Foucault, na primeira parte do texto Gondra desenvolve aspectos ligados à produção intelectual do pensador naquilo que se refere às abordagens temáticas por ele empreendidas para, em seguida, apresentar relações dessas formulações com a história. Para inventariar apropriações foucaultianas na historiografia da educação no Brasil, o autor – salientando que tais apropriações podem ser verificadas em produções de programas de pós-graduação em edu-

cação, como também em instâncias de difusão de conhecimento da área – acaba por operar com fontes específicas para estabelecer esse inventário, quais sejam, a *Revista História da Educação* e a *Revista Brasileira de História da Educação*. A partir desse rastreamento o autor elenca os textos de Foucault referidos e a frequência com que eles aparecem, seguida de uma análise teórico-metodológica sobre tais utilizações. Como exercício adicional, o autor faz uma espécie de balanço das temáticas e das formas de recorte delas nas cinco primeiras edições do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, visando a pensar a configuração e os desafios da pesquisa em história da educação. Por fim, Gondra – talvez respondendo afirmativamente à questão formulada no título do artigo, a partir de uma imagem criada pelo próprio Foucault acerca da utilização de sua obra – mostra que tanto as publicações dos periódicos com os quais trabalhou como a edição dos lusos têm auxiliado na construção da concepção de que o objeto educacional se caracteriza pela inexistência de universais e perenidades, podendo ser visto como efeito e, ao mesmo tempo, como produtor de cultura, o que provoca afastamento de concepções que tendem naturalizá-lo.

O que perpassa a totalidade dos textos apresentados é a mobilização que os diferentes pensadores vêm provocando e ainda podem provocar nos pesquisadores da história da educação em seus respectivos campos de investigação, especialmente no que tange a renovadas formas de apropriações teórico-metodológicas. O conjunto da obra mostra que a história da educação, ao voltar-se para novos objetos ou novos modos de abordagem de antigos objetos, acaba por incorporar categorias cuja predominância pertence a outras áreas de conhecimento, tornando-se imprescindível para melhor abranger a complexidade que contorna o passado dos acontecimentos que se referem aos processos educativos da sociedade brasileira.

Essa série de quinze textos, cada um apontando a pertinência de um determinado pensador social para a historiografia da educação brasileira, constitui um rico material de referência, não só para quem se interessa em aprofundar nos aportes teórico-metodológicos elaborados a partir de cada autor, mas também para aqueles que, de modo geral, se interessam pela temática da história, particularmente da história da educação. Se, para a utilização de construtos teórico-práticos de pensadores sociais em empreendimentos investigativos,

o recomendável é que se vá direito às fontes teóricas, à escrita original de cada autor, os textos aqui apresentados funcionam como uma leitura introdutória, mas também como uma leitura capaz de desafiar e instigar outras leituras, inclusive, e sobretudo, a leitura direta dos pensadores selecionados.

Embora na apresentação do livro o organizador indique e justifique a ausência de três pensadores (M. Weber, P. Áries e P. Bourdieu), deve-se apontar a ausência de alguns clássicos na seleção feita, tanto de pensadores nacionais como estrangeiros, cuja importância para reflexão da área da história da educação é ou pode ser profícua.

Mesmo ficando no recorte da obra, de trabalhar apenas com pensadores já falecidos, pode-se lembrar contribuições e possibilidades de utilização de nomes como Fernando de Azevedo (que incidentalmente é abordado no texto sobre Durkheim), Anísio Teixeira, Maurício Tragtenberg, Darcy Ribeiro, Luís da Câmara Cascudo, Friederich Nietzsche, entre outros tantos. Mas também é claro que, nesse caso, a coletânea esbarraria na questão dos limites espaciais, o que facilmente se resolve com um segundo volume, ou mesmo um terceiro, já que na apresentação se anuncia um segundo volume com autores ainda vivos. Mas é indiscutível que a coletânea cumpre seu papel de apresentar como esses clássicos movem e removem a produção historiográfica da educação. Nesse sentido, cada texto funciona como um apropriado “cartão de visitas” para cada pensador, convidando o leitor interessado a visitar diretamente os escritos de cada um.

Haroldo de Resende

Professor na Faculdade de Educação e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Endereço para correspondência

Rua Izaú Rangel de Mendonça, 945/101

Santa Mônica

Uberlândia-MG

CEP 38408-136

haroldoderesende@ufu.br

Recebido em: 24 maio 2006

Aprovado em: 31 jul. 2006